

Os estudos sobre mulher e literatura no Brasil: uma primeira abordagem*

Heloísa Buarque de Hollanda

O panorama internacional

Uma avaliação dos estudos sobre a mulher na década de 90, em qualquer área de conhecimento, é tarefa complicada. Fala-se em pós-feminismo, pós-modernismo, fim da ideologia, e, no tema talvez mais perigoso de todos, a emergência de um pluralismo neo-liberal que tornaria totalmente anacrônicas as reivindicações tradicionais do trabalho feminista.

Antes de tentar situar estes estudos no quadro mais geral das transformações por que vem passando o pensamento acadêmico, observaria que, apesar de considerados pensamento de vanguarda pela teoria crítica contemporânea e de terem conquistado expressiva legitimidade acadêmica, os estudos feministas ainda revelam certo ressentimento e desconforto em relação às dificuldades surgidas nas tentativas de articular sua produção teórica com os compromissos políticos e as questões centrais da militância feminista.

A aflição é antiga, e não há quem não tenha presenciado acusações talvez procedentes de que o movimento feminista é fraco por falta de referencial teórico, ou ainda que o pensamento teórico feminista não consegue transcender o “prazer do texto”. Já o engajamento feminista (ainda frequentemente identificado com os movimentos políticos dos anos 60), é não raro rejeitado por intelectuais e artistas como pouco funcional e elitista. Na América Latina, a resistência em auto-identificar-se com o próprio termo “feminista” é recorrente e, na maior parte das vezes, expressa uma avaliação bastante negativa do feminismo considerado de forma geral como fenômeno “anacrônico” e “obsoleto”.

Por outro lado, e é nesse sentido que encaminho minhas observações, o pensamento feminista vem mostrando um forte potencial crítico em meio ao quadro de insegurança sobre a eficácia de um discurso político, num momento definido como “fim da ideologia”.

* Este trabalho foi realizado para o Seminário “Estudos sobre Mulher no Brasil – Avaliação e Perspectivas” promovido pela Fundação Carlos Chagas de 27 a 29 de novembro de 1990. Agradeço a Valéria Lamego, Lucia Nascimento Araújo e Vanessa Escobar de Andrade pelo apoio e colaboração na pesquisa e levantamento de dados e a Luzilá, Maria das Vitórias, Nádia, Rita, Rosiska e Suzana pela leitura atenta dos originais e pelas sugestões que possibilitaram este texto que tenta pensar nossos próprios limites e perspectivas.

Pós-Modernismo e Feminismo

Entre as inúmeras possibilidades de abordagem que o momento pós-moderno oferece, a mais atraente é a da identificação de uma desconfiança, hoje sistemática, em relação a qualquer discurso totalizante e a um certo tipo de monopólio cultural dos valores e instituições ocidentais modernas. É nesse contexto, que o papel da crítica da cultura feminista adquire sua maior importância.

As noções de marginalidade, alteridade e diferença começam a entrar em cena como temas centrais do debate acadêmico, através dos trabalhos de filósofos franceses pós-estruturalistas como Foucault, Deleuze, Barthes, Derrida e Kristeva. Estes estudos explicitam importantes alterações paradigmáticas nos sistemas de pensamento, e começam a revelar a tendência crítica da reflexão teórica contemporânea, relacionada aos aspectos logo e etnocêntricos da episteme ocidental moderna.

Ainda que bastante influenciada pelo pós-estruturalismo francês em suas vertentes de crítica da hegemonia do idêntico e da legitimidade dos sentidos absolutos e universais, a teoria feminista atual expressa a necessidade de uma articulação radical dessas questões com a construção da categoria “mulher” enquanto questão de sentido que deve ser particularizada, especificada e localizada historicamente.

Na área dos estudos pós-coloniais, o trabalho Orientalismo de Edward Said, recém-publicado no Brasil, é um exemplo interessante nesse sentido. Examinando a forma como são constituídos, na perspectiva ocidental, os discursos e as análises sobre o Oriente, Said reconhece que está lidando com questões semelhantes àquelas propostas pelas tendências atuais dos estudos feministas, étnicos ou anti-imperialistas. Tendências que tomam como ponto de partida para suas análises o direito que os grupos marginalizados têm de falar e representar-se nos domínios políticos e intelectuais, definidos como aqueles que normalmente os excluem, usurpam suas funções de significação e representação e, desta forma, falseiam suas realidades históricas.

É nesse contexto que a crítica feminista – depois de ultrapassar seus momentos iniciais, onde tinha prioritariamente o papel de “crítica do desagravo” – passa, na era pós-moderna, a se engajar na “luta pelo poder interpretativo”¹. Não seria difícil pensar nas aproximações entre a problematização dos sistemas de representação – um dos eixos teóricos do pensamento e da política pós-moderna- e o compromisso feminista em expor

¹ Jean Franco, “Si me permiten hablar: la lucha por el poder interpretativo” Revista Casa de Las Americas, ano 29, n. 171, nov./dez. 1988.

criticamente o sistema de poder que legitima certas representações em detrimento de outras.

A partir do final da década de 70, vários estudos começam a identificar uma “insistente presença da voz feminista” como um dos traços mais salientes da cultura pós-moderna². O próprio Lyotard, um dos mais contraditórios estudiosos do pós-moderno, apesar de irônico ao “qualificar as mulheres” não deixa de reconhecer que “movediças (o grifo é meu) como Eubulibes e como as realidades, as mulheres estão descobrindo uma coisa que pode causar uma incrível revolução no ocidente, alguma coisa que a dominação (masculina) nunca abriu mão de ocultar: a ausência do significante, ou seja, a classe que se estabelece sobre todas as classes é apenas uma entre muitas, ou ainda nós, ocidentais, devemos retrabalhar nosso espaço-tempo e nossa lógica na base de uma não centralidade, não finalidade, não verdade”³.

Apesar do reconhecimento explícito da importância política e epistemológica das teorias críticas feministas, o pensamento acadêmico pós-estruturalista não deixa de se apropriar destas teorias, investindo com frequência na idéia da existência de um sujeito difuso e descentrado, muitas vezes nomeado como “feminino”. É precisamente através desta possível reuniversalização da subjetividade feminina que a eficácia discursiva dos novos sujeitos sociais emergentes é bloqueada.

Da mesma forma, o feminismo começa a ser visto, do ponto de vista político, como uma das alternativas mais viáveis e concretas no cenário de descrédito das ideologias. O risco que se corre, neste caso, é o de avalizar uma certa tendência do discurso pós-moderno, que reincide na identificação do “feminino” como o discurso do “outro”, como o “locus do pânico neste fim de milênio”. No entanto, entre os dois discursos me parece haver importantes distinções. Enquanto o pós-moderno apregoa o fim da história, do social e do político, a crítica feminista insiste na articulação de suas questões com as determinações históricas e políticas. Se o primeiro fala de uma crise da representação, o segundo fala exatamente da necessidade de uma luta pela significação.

² A respeito, ver Craig Owens, “The Discourse of others: Feminists and postmodernists” in Hal Foster. The Anti-Aesthetic – Essays on Postmodern Culture. Washington, Bay Press, 1983 , Andreas Huyssen, “Mapping the Post-Modern”. New German Critique, n.33 vol. 11, outono de 1984. Elspeth Probyn. “Bodies and Anti-bodies: feminism and the postmodern” Cultural Studies. vol. 1 n. 3 out. 1987

³ Jean-François Lyotard. “One of the Things at Stake in Women’s Struggles” Sub-Stance,n.28, 1978

Mesmo não sendo excludentes, os dois discursos apontam com clareza para diferentes campos de contestação.

É ainda o debate sobre o pós-moderno que coloca a idéia do surgimento de um pluralismo, subsidiário das ideologias neo-liberais e da economia de mercado, onde os diversos agentes sociais teriam livres canais de expressão. A problematização das ideologias que definem a noção de um pluralismo que raramente encontra equivalência na prática política e na intervenção discursiva dos diversos segmentos sociais emergentes é um dos pontos inadiáveis e mesmo nevrálgicos da agenda da crítica da cultura contemporânea.

Não gostaria de terminar esta introdução sem chamar atenção para a armadilha sugerida pelo termo pós-feminismo, comumente usado para definir o momento atual desses estudos e militância, quando já estariam superadas as lutas de caráter ortodoxo pelas igualdades e pela construção de uma identidade feminina. De uma forma geral, não se pode dizer que tenha havido uma alteração profunda na estrutura das relações de gênero na sociedade, estando, portanto, o feminismo longe de ter esgotado as potencialidades de seu ponto de vista crítico e político. Falar de um pós-feminismo, neste contexto, soa como um artifício teórico engendrado pelo pensamento essencialista e liberal⁴

O que querem as mulheres?

Já é senso comum a distinção de dois polos conceituais quando se pensa no debate teórico feminista: o feminismo anglo-americano e o feminismo francês⁵. O primeiro trabalha a partir da recuperação de uma experiência e uma “identidade feminina”. Neste sentido, engaja-se na perspectiva que pretende pôr em cheque o cânone literário masculino que, via de regra, tem definido as noções de gênero, de gosto e de temas para a produção literária. Este cânone é marcado pela exclusão das mulheres enquanto sujeito do discurso e pela adulteração na representação da experiência e história femininas.

Assim, a crítica anglo-saxônica vem procurando denunciar os aspectos arbitrários e mesmo manipuladores das representações da imagem feminina na tradição literária e

⁴ Essa discussão é um dos pontos mais interessantes do artigo de Teresa de Lauretis, “The Technology of Gender” in Technologies of Gender. Indiana Univ. Press, 1987 pp.1-30.

⁵ A respeito das tendências da crítica literária feminista internacional existem inúmeros estudos excelentes, motivo pelo qual penso ser desnecessária uma abordagem mais detida do assunto. Em português, temos, neste sentido, o trabalho bastante interessante de Ana Vicentini “Mudar a Referência para Pensar a Diferença: o Estudo dos Gêneros na Crítica Literária” (Cadernos de Pesquisa n. 70, Fundação Carlos Chagas, agosto de 1989, pp. 47-52).

particularizar a escrita das mulheres como o lugar potencialmente privilegiado para a experiência social feminina.

Evita-se aqui, enfaticamente, a repetição e reprodução dos pressupostos mitológicos da crítica literária tradicional, geralmente masculina, ao identificar a escrita feminina com a “sensibilidade contemplativa”, a “linguagem imaginativa” etc. Os dois principais compromissos desta tendência seriam: em primeiro lugar, a denúncia da ideologia patriarcal que permeia a crítica tradicional e determina a constituição do cânone da série literária. E em segundo, o desenvolvimento de uma arqueologia literária que resgatasse os trabalhos das mulheres, que de diversas formas foram silenciados ou excluídos da história da literatura. Nesse impulso, começa-se a repensar a legitimidade daquilo que é considerado literário ou não literário, e a questionar os paradigmas de um essencialismo e de um universalismo que de certa forma determinam os critérios estéticos tradicionais e as estratégias interpretativas da crítica literária.

Por outro lado, o feminismo francês, mais vinculado à psicanálise, vai trabalhar no sentido da identificação de uma possível “subjetividade feminina”. Enquanto as feministas americanas dos anos 60 declaram guerra ao falocentrismo freudiano, as francesas atentam para a psicanálise entendida como teoria capaz de promover a exploração do inconsciente e a emancipação do peçoal, caminho que se mostrava especialmente atraente para a análise e identificação da opressão da mulher. A partir da segunda metade dos anos 70, a progressiva consolidação do prestígio do pensamento teórico de Derrida e Lacan no campo intelectual europeu ajuda a definir as bases do feminismo francês. Esta linha de análise trabalha basicamente com os conceitos de différance (conceito chave da crítica derridiana desconstrutiva da lógica binária) e com o conceito de imaginário (relativo à fase pre-edipiana) de Lacan, em busca da definição de uma écriture féminine. O feminismo francês, principalmente os trabalhos de Hélène Cixous e Luce Irigaray, é bastante interessante no sentido de investigar a ligação entre sexualidade e textualidade, e de examinar o campo de articulações do desejo na linguagem. Apontam, entretanto, para a definição apaixonada da escrita como o lugar por excelência da interrogação sobre o feminino. O feminino passa então a ser o locus da “errância”, do “silêncio”, do sujeito como “falta” e mesmo da possibilidade da recaptura de uma unidade perdida, ao contrário das investigações anglo-saxônicas, consideradas “puramente temáticas”.

A divisão entre estas duas tendências, parcialmente contraditórias, está se tornando cada vez menos clara e pode-se observar que, na realidade, a atual força do

pensamento crítico feminista reside na procura de resolução das tensões e contradições, produzidas exatamente por estas duas formas de pensar. O que chama a atenção é que nas duas situações a preocupação central é claramente a procura da definição, em graus diversos de complexidade, de uma identidade feminina e do lugar da diferença. Do ponto de vista político, o empenho em se marcar essa identidade pode ser defendido como uma necessidade tática na luta contra as instituições do poder patriarcal. Entretanto, a própria idéia de identidade está fundamentalmente comprometida com a economia humanística e com a estrutura da lógica patriarcal. Portanto, reforçar a noção de “mulher” como o “outro”, procedimento bastante frequente, traz consigo o risco de apenas legitimar e garantir a identidade hegemônica do “mesmo”.

Outro ponto de risco é a preocupação de subcorrentes do feminismo francês com a centralidade da linguagem, nem sempre articulada com a variedade das práticas sociais que entram na constituição dessa mesma linguagem, ou a insistência na proclamação de uma “experiência feminina” ou de uma “escrita do corpo”, sem a explicitação necessária das relações concretas que a determinam.

Na maior parte das vezes, as propostas de investimento no “poder do imaginário feminino”, nos aspectos “libertários” dessa linguagem e até mesmo no projeto de uma “feminização” da sociedade são armadilhas às quais o pensamento feminista está exposto. A pergunta, “existe uma linguagem feminina?”, tão valorizada pela crítica literária, vem geralmente marcada por um desejo de valorizar e potencializar o “lugar obscuro”, onde se origina e mesmo se constrói esta linguagem que se oporia às leis implacáveis da racionalidade masculina ocidental. Por outro lado, as diferenças e marcas próprias das formas e dos temas recorrentes na “escrita feminina” são, em sua maioria, facilmente verificáveis em um exame da produção literária e artística. É inegável que os discursos marginalizados das mulheres – assim como os dos diversos grupos “excluídos” ou “silenciados” -, no momento em que desenvolvem suas “sensibilidades experimentais” e definem espaços alternativos ou possíveis de expressão, tendem a produzir um contradiscorso, cujo potencial subversivo não é desprezível e merece ser explorado. Contudo, a identificação deste potencial não é em si suficiente. As noções de “linguagem feminina” ou mesmo de “identidade feminina”, enquanto construções sociais, exigem a avaliação das condições particulares e dos contextos sociais e históricos em que foram estruturadas. Os sistemas de interpretação feministas teriam, por conseguinte, como tarefa fundamental a reflexão sobre a noção de identidade e sujeito, levando necessariamente

em consideração a multiplicidade de posições cabíveis que a noção de sujeito sugere e assumindo um claro compromisso com a perspectiva historicizante em suas análises.

Este tipo de preocupação com a ambiguidade manifesta de certas análises feministas da produção literária, que centram suas reflexões numa suposta e natural especificidade da linguagem e/ou escrita femininas, ou ainda na afirmação de uma identidade feminina, termina por estabelecer o conceito de gênero como categoria analítica. O estudo das relações de gênero, substituindo agora a noção de identidade, passa a privilegiar o exame dos processos de construção destas relações e das formas como o poder as articula em momentos datados social e historicamente.

Além disso, verifica-se que a estrutura de gênero é configurada pela interação com outras relações sociais como as de raça e classe. Assim, as relações de gênero não teriam essência fixa, variando dentro e através do tempo e inviabilizando o tratamento da diferença sexual como “natural”⁶.

Nas décadas de 60 e 70, as questões da identidade e diferença foram inegavelmente importantes, tendo conseguido abrir espaços institucionais como uma imprensa feminista, o cinema de mulher e os estudos feministas enquanto área de conhecimento. Neste quadro, a introdução da categoria gênero representou o aprofundamento e a expansão das teorias críticas feministas. Desde a segunda metade da década de 80, novas perspectivas começam a ser delineadas. A própria noção de gênero e suas idéias derivadas são discutidas como limitadoras. De uma forma não muito diversa daquela dos estudos centrados na identidade e na diferença sexual, o conceito de gênero ainda explicitaria uma tendência em universalizar a oposição homem/mulher.

Para explorar a potencialidade epistemológica da crítica feminista radical, que emerge na segunda metade da década de 80, torna-se necessária uma especial atenção à constituição da noção de uma subjetividade múltipla e não unificada. Tentando abrir um caminho possível para superar os limites que a noção de relações de gênero vinha trazendo para a análise semiológica, Teresa de Lauretis passa a trabalhar esta noção como a “configuração variável de posicionalidades discursivas sexuais”⁷. O sistema sexual de gênero deixa de ser visto, portanto, como constituinte de uma esfera autônoma, e passa a ser considerado como uma posição da vida social em geral. É neste sentido, que Lauretis

⁶ Joan Scott. “Gender: a Useful Category of Historical Analysis” in The American Historical Review, vol. 91, n. 5, dez. 1986, p. 1053-75.

⁷ Teresa de Lauretis. Technologies of Gender. Indiana University Press, 1987.

elabora o conceito de sujeito do feminismo, distinto tanto da idéia de mulher como essência inerente a todas as mulheres quanto da noção de gênero que define a mulher enquanto ser histórico, gerado pelas relações sociais. A vantagem maior do conceito sujeito do feminismo é a de atuar num espaço ambíguo e exterior ao quadro das representações tradicionais. Ainda que não se abandone o trabalho com as formações discursivas e as estruturas de representação das relações de gênero, torna-se possível a inclusão daquilo que estas representações deixam de fora: os espaços sociais ou discursivos produzidos nas margens, nas entrelinhas e nas novas formas de organização das mulheres. O sujeito do feminismo seria engendrado pela tensão entre a negatividade crítica da teoria feminista e a positividade afirmativa de sua política.

Y nosotras, brasileñas?

Apesar da efervescência e do avanço do debate teórico feminista, o momento atual traz, para todos nós que trabalhamos nesta direção, uma evidente apreensão quanto ao futuro e a um possível desgaste destes estudos.

Passado o período inaugural de descoberta e delimitação de um novo campo de investigação e de debate em torno das formulações teóricas feministas, quais seriam os próximos passos? Que grau de cumplicidade com as questões feministas terão as novas gerações?

Um dos caminhos possíveis – e um dos mais atraentes também – que se abre para a ampliação do debate teórico sobre as questões feministas seria, neste momento, o investimento mais vigoroso na multiplicidade e na heterogeneidade das demandas femininas, bem como nas próprias diferenças manifestas entre mulheres de contextos e circunstâncias diversas. Nesta perspectiva, considero importantíssimo o recente impulso dos estudos sobre a mulher nas sociedades periféricas. São estes estudos os grandes responsáveis pelo movimento de inclusão dos temas racismo, anti-semitismo, imperialismo, colonialismo e a ênfase nas diferenças de classe no debate feminista mais recente. Paralelamente, a própria especificidade da condição da mulher nestas sociedades impõe a problematização dos modelos teóricos propostos pelas teorias européias e norte-americanas. Essas teorias, como afirma Gayatri Spivak, mostram uma clara tendência de reproduzir o que ela define como “worlding”, ou seja, a obliteração da heterogeneidade do Terceiro Mundo. Spivak chega mesmo a denunciar, na prática da crítica feminista dos países centrais, a reprodução de axiomas imperialistas que apontaria

para uma possível cumplicidade entre o pensamento feminista metropolitano e certas ideologias racistas e colonialistas⁸.

Pensando na oportunidade de um trabalho que leve em conta a especificidade dos estudos sobre a mulher no Brasil e na rentabilidade da intervenção do pensamento crítico pós-colonial no estágio atual da crítica feminista internacional, podemos perceber a tarefa e as possibilidades que se abrem hoje para a reflexão feminista no Terceiro Mundo.

A área de Letras: situação atual & impasses

A fundação dos cursos de Letras no Brasil data de 1934 com a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Seguiram-se a Faculdade do Distrito Federal (RJ) em 1937, que se torna Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil em 1939, e a Universidade de Minas Gerais também em 1939. Desde então, houve um considerável aumento no número de cursos de graduação (atualmente são 358) e, com a reforma do ensino em 1968, consolida-se a pesquisa, através da formação e regulamentação dos cursos de pós-graduação. Hoje, os cursos de pós-graduação em Letras e Linguística somam o total de 78, sendo 51 de mestrado e 27 de doutorado.

Segundo o documento do CNPq “Avaliação e Perspectivas: Curso de Letras”, realizado por Nadia Gotlib, e considerado como o melhor documento disponível sobre a área, hoje, o que marca o campo dos estudos de letras no Brasil é o impulso nítido para definir a noção de literatura de forma mais ampla. Já no documento anterior de avaliação da área (CNPq, 1982), seu redator, Afonso Romano de Sant’Anna, havia chamado atenção para um incremento quase sem precedentes da interdisciplinaridade, que estaria “ilustrando uma dilatação quase uma hipertrofia do campo literário”. Nos últimos dez anos, os estudos literários parecem ter respondido a uma urgente necessidade de redefinição, passando a absorver as áreas de cultura de massa, estudo de quadrinhos, música popular e textos de teatro.

A “crise de identidade” dos estudos de letras não é novidade e várias causas poderiam ser apontadas. O trabalho de Marisa Lajollo, “No Jardim das Letras, o Pomo da Discórdia” é, neste sentido, um diagnóstico certo e crucial dos problemas estruturais da própria configuração desta área de estudos. Lajollo observa que os cursos de Letras foram criados nos anos 30, período que se constitui como um marco no quadro da

⁸ Gayatri Spivak, “Three Women’s Texts and a Critique of Imperialism” in Henry Louis Gates, Jr. *“Race”, Writing and Difference*. University of Chicago Press, 1986. pp. 262-280.

modernização e da urbanização no Brasil. Neste momento específico, são definidas mudanças fundamentais no modo de produção cultural, promovendo o surgimento de novas faixas de público consumidor de cultura.

Define-se o perfil do leitor de uma imprensa modernizada e do ouvinte assíduo da programação radiofônica que emergia como formadora de opinião e comportamentos. Foi precisamente neste quadro de emergência de uma indústria cultural no país, e, portanto, um momento de clara demanda para a formação de profissionais adequados ao perfil capitalista moderno, que são criados os cursos de Letras no Brasil.

Estes cursos estabelecem como objetivos básicos a “preparação de trabalhadores intelectuais para altas atividades culturais de ordem desinteressada ou técnica”, o magistério e a pesquisa. Como o magistério era irrisoriamente remunerado e o potencial profissional da literatura definia-se mais pelo prestígio social do que por sua inserção no mercado de produção de cultura, o diploma em Letras passa a ser “apenas uma condecoração a mais a fulgurar na casaca dos que se destinavam, por força do nascimento ou da fortuna aos altos cargos da administração ou da política”⁹.

A ambiguidade que marcou a criação das Faculdades de Letras ainda é experimentada como um dos problemas centrais da reavaliação do campo de investigação literária e da redefinição de sua inserção na sociedade brasileira contemporânea. Hoje, os problemas de colocação de especialistas no mercado vêm se agravando e a área tem sentido como inadiável sua reformulação e a absorção de novos campos de trabalho e pesquisa.

Apesar das especificidades locais, os problemas que os estudos de letras vêm enfrentando não são novos nem particulares desta prática no Brasil. É interessante referir os comentários de M. Bakhtin sobre a situação da pesquisa literária na União Soviética, no início da década de 70¹⁰. Bakhtin lamenta a falta de articulação dos estudos literários com os problemas mais gerais da sociedade, bem como a falta de empenho na descoberta de novas áreas ou fenômenos significantes no campo praticamente ilimitado da produção literária. Avaliando estes impasses, Bakhtin observa que a ênfase que sempre foi dada à identificação das especificidades da literatura terminou por preterir as questões da interconexão e interdependência das várias áreas da produção cultural. A ausência de

⁹ Marisa Lajolo “No Jardim das Letras, o Pomo da Discórdia” in Anais do III Encontro Nacional da ANPOLL, 1988.

¹⁰ “Response to a Question from Novi Mir Editorial Staff” in Speech Genres & Other Late Essaysorg. Caryl Emerson e Michael Holquist. University of Texas Press, 1987.

articulações mais concretas entre a literatura e o contexto global da cultura de uma dada época marginalizaria, de certa forma, a própria idéia de literatura. Bakhtin chama ainda a atenção para a flutuação histórica das fronteiras das várias áreas da produção cultural, e observa que a vida mais intensa e produtiva da cultura acontece sempre nas fronteiras de suas áreas individuais, e não nos espaços onde estas áreas tornam-se encerradas em sua própria especificidade.

Portanto, ao contrário de outras áreas das ciências sociais e humanas, a interdisciplinaridade e a relativização das fronteiras da investigação dos estudos literários surgem como um dos antídotos possíveis para a marginalização destes estudos. Por outro lado, as ciências sociais, particularmente a História, começam a privilegiar e estabelecer a produção literária como fonte para suas pesquisas de ponta. Hoje, começa-se a perceber nos estudos literários os efeitos do impacto na Nova História ou da História das Mentalidades, onde a literatura é trabalhada em articulação com os diversos contextos histórico-sociais, e, onde valoriza-se um segmento da literatura ainda considerado oficioso, aquele que diz respeito às manifestações do cotidiano e às formas para-literárias.

No último documento do CNPq, Nadia Gotlib observa as tendências atuais da área: o novo impulso da pesquisa sobre literatura oral e cultura popular, incluindo-se a literatura de cordel e a emergência da crítica psicanalítica e da crítica genética, sendo a última motivada pelo estudo dos manuscritos e pela atual demanda para a organização de edições críticas. De forma geral, são identificados como principais grupos emergentes a literatura infanto-juvenil, a literatura popular – oral e de cordel – a literatura africana e a literatura feita por mulheres.

No caso da tendência “literatura feita por mulheres”, algumas considerações se fazem necessárias. Em primeiro lugar, o não registro, neste documento, de uma teoria crítica feminista e sim de um tema (no caso, as mulheres) emergente. Mas, mesmo como tema, o reconhecimento institucional de uma “literatura feita por mulheres” é, sem dúvida, um passo importante, pois até muito recentemente essa literatura não era considerada objeto legítimo de pesquisa. Nesse sentido, é interessante observar a proliferação de teses acadêmicas sobre autoras femininas, que invariavelmente dispõem várias páginas com inúmeras e diversificadas estratégias para justificar como científico este tipo de estudo. Os argumentos desenvolvidos nestas teses são em si uma tomada de posição teórica, na medida em que não só a literatura escrita por mulheres foi sendo excluída da série literária com a maior eficácia como também os gêneros usados pelas escritoras – as formas orais, o diário, a correspondência, a biografia ou autobiografia, os

testemunhos – também foram tradicionalmente considerados “gêneros menores”. Por outro lado, os assuntos-chaves que orientam o recorte dos estudos e a crítica literária tradicional, isto é, a formação nacional, os estilos de época ou os grandes autores, os movimentos de vanguarda ou as questões da “tradição e ruptura”, não parecem compatíveis com as perspectivas que os estudos sobre as escritoras sugerem. Ao contrário, o estudo da “literatura feita por mulheres”, mesmo sem conseguir formular uma teoria crítica própria no Brasil, traz como consequência inevitáveis questionamentos de base sobre a construção da historiografia literária, sobre a noção canônica de “gênero literário”, incluindo a importantíssima questão da “oralidade” na constituição da literatura, e dos paradigmas estabelecidos para o mercado de valor literário.

Entre os autores mais estudados, temos a presença flagrante, mas única de Clarice Lispector, ao lado de Camões, Drummond, Guimarães, Machado, Oswald de Andrade, Manuel Bandeira, Lima Barreto, Monteiro Lobato e Jorge de Lima. O perfil dos estudos sobre Clarice será discutido mais adiante.

Para ter uma idéia da presença dos estudos sobre escritoras ou sobre o tema mulher nas teses de literatura, trabalhei provisoriamente, e a título de exemplo, com as amostragens da Faculdade de Letras da UFRJ e da PUC RJ, devido à dificuldade de obter com rapidez dados sobre outras Escolas de Letras. No momento, a ANPOLL está organizando um catálogo de teses defendidas na área, o que viabilizará um diagnóstico mais abrangente e correto.

Entre 1977 e 1989 foram produzidas no curso de Mestrado em Letras da PUC, Rio de Janeiro, 269 teses, das quais 19 abordaram o tema Mulher na Literatura, ou seja, 7,06% sobre o número total de teses. Já no curso de Pós-Graduação em Letras da UFRJ, das 437 teses de mestrados apresentadas entre os anos de 1973 a 1989, 41 referem-se à mulher, ou seja, 9,38% sobre o total dos trabalhos.

As duas associações científicas mais significativas da área de letras foram fundadas recentemente. São a ANPOLL (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística) criada em 1984 e a ABRALIC (Associação Brasileira de Literatura Comparada) em 1987. O recente sucesso da sub-área de Literatura Comparada, que justificou a criação da ABRALIC, é um dos sintomas da procura de expansão por que passam atualmente os estudos literários.

Nos encontros promovidos pela ANPOLL e pela ABRALIC, a incidência de apresentações e comunicações sobre a mulher é significativa, levando-se em consideração a pouca tradição dos estudos sobre a mulher. Nos cinco encontros da ANPOLL, 10,23%

do total de trabalhos apresentados abordaram o tema mulher, incluindo-se aí aqueles apresentados no GT Mulher na Literatura. Analisando especificamente o último encontro, em julho de 1990, encontramos os seguintes números:

Total de títulos de exposição: 277

Total de títulos apresentados no GT Mulher na Literatura: 27

Total de títulos sobre a mulher nos outros GTs: 9

Soma de títulos sobre a mulher: 36

% de títulos sobre a mulher: 13%

% de títulos sobre a mulher excluindo-se os apresentados no GT Mulher na Literatura: 3.25%

Nos Congressos promovidos pela ABRALIC nos anos de 1987, 1988 e 1989, dos 96 papers apresentados, 30 referiam-se à temática feminina.

Numa área bastante tradicional como a de Letras, o percentual apresentado mostra a tendência de expansão desta linha de trabalho, constituída a menos de cinco anos. Considerando-se ainda como traço marcante da área de Letras em 1990 a dilatação do campo de interesse e a inserção no quadro de novas formações disciplinares, os estudos sobre a mulher encontram um terreno promissor para se desenvolver. Por outro lado, as perspectivas abertas pelos estudos sobre a mulher na literatura vão de encontro àquelas dos outros grupos identificados como emergentes, os de literatura infanto-juvenil, literatura popular (oral e cordel) e literatura africana, ou seja, a discussão de questões ligadas à relativização do cânone literário e aos processos de construção da subjetividade. Outro ponto comum que estes grupos apresentam é o das estratégias de leitura de materiais referentes à problemática das “novas subjetividades”. Estas são estratégias fortemente motivadas no tocante a sua contextualização e articulação com formações discursivas híbridas ou multigenéricas. A esses grupos, acrescento o mais recente a formar-se na ANPOLL, após a elaboração do documento que estou tomando por base: o da crítica genética, que certamente será de enorme importância numa possível articulação com os estudos sobre a mulher.

Não seria correto afirmar que os estudos sobre mulher na literatura, bem como os das outras áreas emergentes, já tenham constituído um corpus teórico capaz de intervir, influenciar ou mesmo se fazer presente na teoria literária *strito sensu* no Brasil. Entretanto, a conjuntura atual da área de letras, pelos impasses que vem enfrentando quanto a sua auto-definição, e pelas saídas que vem sugerindo, aponta para a identificação

de um campo potencialmente receptivo do reconhecimento, a médio prazo, destes estudos como pesquisas de vanguarda na área. Por mera curiosidade, gostaria de acrescentar um dado significativo: 90 % dos estudantes de letras são do sexo feminino.

Um Código de Simpatia: antecedentes, precursoras & suas estratégias

Se foi no final da década de 70 que se tornou possível distinguir com clareza a área de estudos feministas na literatura, seria imprudente afirmar que foi neste momento que teve início a preocupação com as questões da mulher nos estudos literários. Uma das observações iniciais que poderíamos fazer seria a de que o ensaísmo literário nem sempre se realiza como um gênero discursivo claramente delimitado.

A noção de crítica literária, como dos demais gêneros canônicos, tem se revelado altamente problemática a partir dos questionamentos que o recorte feminista sugere. Os estudos mais recentes vêm demonstrando que, ao lado das formas “legítimas” que a perspectiva historiográfica tradicional sancionou e elegeu como compatíveis com o corpus clássico da literatura, havia uma “economia literária informal”, cuja produção era de um interesse supreendente. O vigor quantitativo e qualitativo destas formas “excluídas” mostra o caráter de absoluta relatividade das noções institucionais referentes à categorização dos gêneros literários. Um dos efeitos mais decisivos do questionamento do cânone literário tradicional foi o resgate dos “gêneros menores” e das formas e redes de associação intelectual das mulheres, que sintomaticamente abrigaram a maior parte da escrita e da reflexão femininas.

Para uma identificação da trajetória e dos antecedentes da crítica realizada por mulheres é necessário dilatar a própria idéia de ensaísmo e crítica literária, absorvendo as fronteiras possíveis desta prática e evitando a exclusão das formas híbridas de interpretação, bem como dos espaços informais onde a reflexão sobre a literatura e a cultura tenham se desenvolvido e circulado.

Por este motivo, na identificação dos antecedentes do ensaísmo realizado por mulheres, procurei não me deter no levantamento das possíveis figuras precursoras, mas observar o conjunto de práticas críticas no qual as mulheres se envolveram desde o século XIX até a primeira metade do XX, antes da profissionalização da pesquisa e da atividade teórica implementada pela criação dos cursos de pós-graduação em literatura. Seriam, numa primeira avaliação, as atividades de leitora – presença fundamental dos saraus

literários -, de produtora, de escritora e de consumidora da imprensa feminina, (que circulou de forma surpreendente na segunda metade do século XIX), de organizadoras de salões literários e academias femininas de letras e de realizadoras de compêndios, dicionários e antologias sobre escritoras e/ou vultos femininos “notáveis”, (uma das práticas críticas e políticas mais caras e frequentes na produção feminina). Estas práticas me pareceram importantes na medida em que se desenvolvem de forma híbrida, combinando a reflexão sobre a literatura com o claro projeto de articulação de redes cujas funções e sentidos são extremamente diversificados, indo da tentativa de realizar uma historiografia própria, de promover uma experimentação dos limites e formas literárias até a de organizar circuitos de divulgação de trabalhos, de solidariedade ou de discussão e protesto sobre a condição feminina. Muitas vezes é interessante notar o uso da associação e da reflexão em torno da literatura como campo permitido de ensaio e passagem para a atuação mais efetiva na vida pública. O traçado das genealogias sutis das relações entre as mulheres e a escrita, levando em consideração não só aquelas que escreveram, mas também aquelas que leram e que fizeram ler, pode ser apontado como uma das tarefas mais importantes da crítica feminista. Observa Mary Pratt e Marta Morello no texto de apresentação do número 4 da revista Nuevo Texto Crítico (1989), “apesar dos esforços para “domesticar” a mulher privilegiada durante o século XIX, e de negar-lhes os direitos políticos e profissionais que elas esperavam do republicanismo, nunca lhes foi negado o acesso a alfabetização e uma participação, ainda que subalterna, na cultura letrada. Ao contrário, nas Américas, e esta é a contradição mais significativa, a sociedade burguesa terminou por definir a própria alfabetização como uma tarefa essencialmente feminina.”

Sobre a leitora gostaria de mencionar os estudos seminais de Marlyse Meyer¹¹ que discute o papel definitivo da mulher na formação do romance brasileiro enquanto leitora de folhetins, adaptando o gosto do mercado às condições e à moral brasileiras. Segundo Marlyse, as mulheres não só conformaram o novo gênero nos saraus domésticos mas também o divulgaram através do exercício de sua tradicional função de contadoras de histórias.

¹¹ São inúmeros e definitivos os estudos e intervenções de Marlyse sobre a formação do romance. Sugiro, como exemplo, os textos reunidos na publicação De Folhetins, Série Apostila n.2, Ciec/UFRJ, 1990 e “Romances Escritos por Mulheres no Século XVIII” em A Mulher na Literatura. vol. 1, org. Ana Lúcia Gazolla, UFMG, 1990

Valiosas também no sentido de interpretar o fenômeno da leitura feminina e a força de sua influência na obra dos escritores do século XIX, são as pesquisas de Elza Miné e Maria Helena Werneck¹²

A imprensa

Um espaço decisivo para o desenvolvimento da expressão feminina foi a imprensa dirigida e editada por mulheres, que prolifera dos meados do século XIX ao primeiro decênio do século XX, no rastro dos movimentos feministas e das campanhas republicanas de “educação” da mulher para a promoção de uma nova “nação brasileira educada, saudável, branca e moderna”.

A primeira dessas publicações foi o Jornal das Senhoras, criado em 1852, que, ao lado das seções de moda e “mundanidades”, investia no campo da literatura, da política e das artes. Fundado pela jornalista Joanna Paula Manso de Noronha, de inflexão claramente feminista, o Jornal das Senhoras, em seus quatro anos de existência, abre um espaço importante de divulgação e discussão para as mulheres artistas, escritoras ou políticas.

“Eis-nos, pois, em campanha; o estandarte da ilustração ondula gracioso a brisa perfumada dos trópicos: acolhei-vos ele, todas as que possui uma faísca de inteligência, vinde!

Confidente, discreto das nossas produções literárias; elas são publicadas debaixo do anônimo: porém não temais confiar-mo-las, nem temais dar expansão ao vosso pensamento; se o possuis é porque é dom da Divindade e aquilo que Deus dá, os homens não podem roubar”. (Editorial do primeiro número em 1/1/1852)

O jornal, em formato tablóide, mantinha seções fixas como a “Crônica dos Teatros”, uma espécie de crônica social, “Poesias”, e o “Correio dos Salões”, com a discussão dos assuntos em pauta nos salões literários, abrigando a publicação de cartas, contos e crônicas das leitoras. Nestas seções, na maioria das vezes publicada “debaixo do anônimo”, começa a se configurar uma crítica literária incipiente e “amadora”, muitas vezes aparentemente ingênua, mas que indiretamente sintonizava-se com o contexto das lutas das mulheres registradas pelos editoriais.

¹² Elza Miné “A imagem da ‘leitora’ no Novo Mundo” in Ana Lucia Gazolla, A mulher na Literatura, vol 1, UFMG, 1990. e Maria Helena Werneck Mestra entre Agulhas e Amores: a Leitora na Ficção de Machado e Alencar. Dissertação de Mestrado, PUC RJ, 1985

Na esteira do Jornal das Senhoras, uma dezena de outras publicações dentro do mesmo espírito marca a virada do século XIX para o XX: O Domingo de 1873; O Bello Sexo, de 1862; Jornal das Famílias, de 1863; A Violeta, de 1900; A Mae de Família, de 1879; Echo das Damas, de 1879; A Mulher, de 1881; O Quinze de Novembro Feminino, de 1889; O Nosso Jornal, de 1919; a Revista Feminina, 1914, são alguns dos títulos que surgem neste período. Não foram poucas as mulheres que publicaram ensaios literários nos jornais femininos. Em 1888, a escritora Josefina Alvarez de Azevedo cria no jornal A Família, do qual foi fundadora, uma “Seção Literária”.

“A Família terá sua seção literária na qual sairão a lume todas as novidades que nas letras forem aparecendo. Além disso, possuirá numerosa redação literária, composta de mulheres de letras de todo o modo habilitadas, que fornecerão às páginas do nosso periódico os frutos de seus trabalhos com os quais brindaremos os nossos leitores”¹³.

Diversas escritoras participaram ativamente na imprensa feminina. A poeta Narcisa Amália, por exemplo, publica nesta época regularmente artigos em jornais do Rio e São Paulo e edita, em Resende, interior do Estado do Rio, um periódico literário exclusivamente feminino.

O número de mulheres que colaboraram com crítica e ensaios em jornais femininos, do final do século XIX até a década de 30, não pode ser considerado desprezível. Entre as principais, poderíamos citar, a partir de um primeiro levantamento superficial, os nomes de Heloisa Lentz de Almeida (Vida Literária e A Noite Ilustrada), Marieta Alves (jornais da Bahia), Ana Autram (com a publicação específica do artigo “A Mulher e a Literatura” no Diario da Bahia, 1817), Albertina Berta (O Jornal do Commercio e O Jornal entre as décadas de 20 e 30), Amélia Bevilaqua (editora, no Recife, do jornal O Lirio 1902 – 1904), Carmem Dolores (Correio da Manhã e O Paiz, onde manteve a coluna “Semana”); Alba Canizares Nascimento (Jornal do Brasil e Jornal do Commercio) sem falar na grande produção anônima que esta imprensa abrigou.

A importância da imprensa feminina do século XIX na formação de uma literatura e de um ensaísmo feminino vem sendo reconhecida pelos estudos da área e constitui forte tendência da pesquisa sobre a mulher na literatura. Atualmente, existe uma série de trabalhos e pesquisas nesta direção, entre os quais citaria, “Produção Literária Feminina em Pernambuco do Segundo Oitocentismo”, de Luzilá Gonçalves Ferreira, “Um Século

¹³ Trecho extraído do Jornal “A Família” de 8 de dezembro de 1888, SP.

de Imprensa Feminina em Pernambuco: 1830-1930” coordenada por Nilda Pessoa e Marluce Dantas, “A Imagem da Leitora no Periódico O Novo Mundo” de Elza Miné, “O Bello Sexo: Imprensa e Identidade Feminina no Início do Século XX” de Fernanda Bicalho, “A Fala-a-menos: Poesia e Imprensa Feminina na Primeira República” de Sylvia Paixão.

Salões, saraus & academias

Outro circuito importante é o que diz respeito aos salões literários, que se multiplicaram desde o segundo Reinado até a década de trinta do século XX. Na Europa, os salões, considerados por Montesquieu como “um tipo de república...um novo estado dentro do estado”, foi uma criação das mulheres da aristocracia. Espaço semi-público, situado entre a casa e a rua, o salão literário foi um dos poucos territórios onde as mulheres tinham um lugar reconhecido, e onde efetivamente desenvolveram formas originais de sociabilidade em torno do exercício e do debate literário.

No Rio de Janeiro, Laurinda Santos Lobo foi a principal saloniere. Em sua casa de Santa Teresa, reuniam-se semanalmente escritores, artistas e celebridades estrangeiras de passagem pelo Rio.

“Lá estiveram Anatole France, Suzanne Despres, Paul Adam, Jeanne Catulle Mendes, Isadora Duncan. Eram convivas frequentes Humberto Gottuzzo, um dos homens mais elegantes da época, Ataulfo de Paiva, cavalheiresco e mesuroso, Joaquim Sousa Leao, Helio Lobo, espreitando a glória acadêmica- figuras que surgiam para as letras e para a política e ali se encontravam com velhos titulares do Império (...)”, descreve Brito Broca em “A Vida Literária no Brasil – 1900”¹⁴.

Apesar de ter sido o mais cotado entre os intelectuais e a aristocracia, o salão de Laurinda Santos Lobo não foi o único nem o pioneiro do gênero. Já no Segundo Reinado, era conhecido e prestigiado o salão da Sra. Carmem Freire, a Baronesa de Mamanguape. Salões como o Cabana Azul, de Júlia Galeno ou o Salão Verde, de Júlia Lopes de Almeida, mais tarde herdado por sua filha a poetisa Margarida Lopes de Almeida, terminaram por transformar-se em verdadeiros centros do debate político e cultural.

¹⁴ Brito Broca. A Vida Literária no Brasil, capítulo III, páginas, 23, 24 e 25.

Ainda em Brito Broca, encontra-se uma observação curiosa. Ironicamente, essa nova lógica da divulgação literária orquestrada pelas mulheres, estende-se também ao domínio das prostitutas do início do século.

Lê-se na página 23 de A Vida Literária – 1900, o comentário sobre as tertúlias literárias nos originais salões dos bordéis do início do século:

“Uma prostituição de alto bordo, marcando a paisagem social do Rio nessa época, estendia suas influências aos meios literários. A cocote, como a hetaira na Grécia e a gueixa no Japão, estava no centro da vida – escreve Gilberto Amado. Na pensão da Tina Tatti políticos de prestígio, altos industriais, discutiam problemas do dia. As regras do jogo social obedecidas, como em Atenas e em Quioto. A palavra lupanar só aparecia em horas de zanga em artigo ou discurso de Rui Barbosa. Condenar Susana Castera, a referida Tina Tatti, como mais tarde a Janine, a Eudoxia, dona de pensões de mulheres, seria prova de mau gosto”

Em São Paulo, na época do Modernismo, mulheres da elite tornam-se mesmo promotoras da produção literária de ponta e, de certa forma, exercem uma influência efetiva no mercado literário da época. A respeito do salão de Dona Olivia Guedes Penteadado, um dos mais importantes de São Paulo ao lado do de Tarsila, Mario de Andrade recorda:

“É conto entre as minhas maiores venturas admirar essa mulher excepcional que foi Dona Olivia Guedes Penteadado. A sua discrição, o tato e a autoridade prodigiosos com que ela soube dirigir, manter, corrigir essa multidão heterogênea que se chegava a ela, atraída pelo seu prestígio, artistas, políticos, ricos, cabotinos, foi incomparável”¹⁵.

A percepção da importância destas formas de organização literária parece imprescindível para a definição da inserção das mulheres na cultura letrada e no espaço público nacional. Já no ano de 1890, em artigo no jornal paulista A Família, Ignez

Sabino havia observado “o quanto a literatura, o jornalismo e os salões literários estavam atrelados à emancipação da mulher”. Ainda que existam importantes estudos sobre a imprensa feminina e sobre o alcance das atividades da leitora na formação do romance brasileiro, uma história da trajetória do pensamento feminino sobre a literatura e sobre as instituições literárias ainda está por se fazer.

¹⁵ Andrade, Mario. in “O Movimento Modernista”, em Aspectos da Literatura Brasileira, páginas 240 e 241. Ed. Livraria Martins Editora, SP.

Um campo ainda praticamente inexplorado neste sentido é, por exemplo, o do vasto circuito das academias femininas de letras. Algumas destas associações tinham, inclusive, um explícito sentido de protesto frente à lógica das instituições literárias masculinas. Não seria precipitado diagnosticar o protesto como projeto mais geral da criação dessas academias, criadas à margem da política de seleção praticada pela prestigiadíssima Academia Brasileira de Letras.

A primeira agremiação literária feminina de que se tem notícia foi a Liga Feminista Cearense, fundada em 1904 por Alba Valdez, identificada no meio literário como defensora do direito da ascensão cultural, econômica e política para as mulheres.

Outra pioneira foi a Academia Juvenal Galeno, da escritora Julia Galeno que tendo seu ingresso recusado na Academia Brasileira de Letras, cria sua própria academia “exclusivamente para mulheres”, explicitando sua crítica frente à posição sexista da Academia Brasileira e promovendo sua inserção, ainda que marginal, no mundo institucionalizado das “belas-letras”.

São inúmeros os casos de criação de academias femininas por ensaístas e escritoras feministas. É o caso de Adalzira Bittencourt que fundou no Rio de Janeiro a primeira Academia Feminina de Letras do estado e de Alzira Freitas Taques, fundadora da Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Atualmente essas academias representam 10% do total das academias espalhadas pelo país com registro nos arquivos da Academia Brasileira de Letras. São elas: a Academia Feminina Espírito-santense de Letras, Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás, Academia Feminina de Letras e Artes de Jundiá, Academia Literária Feminina de Porto Alegre, Academia Feminina de Letras do Paraná, Academia Feminina Mineira de Letras, Associação de Jornalistas e Escritoras do Brasil, em Curitiba, a Associação de Jornalistas e Escritoras do Brasil, em Montenegro, Rio Grande do Sul entre outras.

Coletâneas, dicionários e antologias

Outra forma bastante específica que marca a intervenção feminina na área da literatura é a organização de dicionários bio-bibliográficos e de antologias da produção feminina. Na segunda metade do século XIX, com o rush republicano de “construção de uma História do Brasil”, entram em voga as coletâneas de biografias exemplares. Bem cedo as autoras mulheres perceberam na legitimidade deste gênero para-pedagógico de historiografia um terreno promissor para a escrita de suas histórias e experiências particulares. Em certos casos, esta prática foi ainda sentida como um campo possível para

a articulação de um discurso, muitas vezes radical, sobre a mulher no momento em que eram debatidas questões altamente controversas como o destino da educação feminina, os novos papéis da mulher na sociedade e a possibilidade efetiva de sua entrada na vida pública.

Nesta linha, em 1899, Ignez Sabino Maia publica Mulheres Ilustres do Brasil, o primeiro esforço para tirar as mulheres da “barbárie do esquecimento”, projeto que será recorrente e mesmo sintomático da historiografia e da crítica literária femininas em geral. É interessante a forma como Sabino define seu Mulheres Ilustres apresentando-o como uma obra que pretende, através da criação de um “**código de simpatia**” (sic), fazer justiça ao trabalho das mulheres, registrá-lo e criar uma articulação entre as produtoras, bandeiras que certamente desafiam a atitude pedagógica condescendente que orienta a maior parte dos volumes biobibliográficos relativos a personagens femininas da época.

Quase todos os trabalhos de organização de dicionários ou antologias realizados por mulheres, que constituem uma significativa fração da produção crítica e historiográfica femininas, evidenciam em seus prefácios um claro projeto político de sobrevivência e uma lógica de apoio e estratégia de mercado.

São neste sentido as publicações A Mulher Rio-Grandense Escritoras Mortas de Andradina de Oliveira (1907), Perfis, Musas e Poetas Brasileiros, de Alzira Freitas Tacques, em cinco volumes, sendo o primeiro dedicado às escritoras mortas e desaparecidas ou o Mulheres Admiráveis de Henriqueta Galeno.

Na década de 20, uma tese, intitulada A Mulher na Literatura, talvez a primeira sobre o assunto, escrita por Maria Ritta Soares de Andrade, concorre à livre docência da cadeira de Literatura do Ateneu Pedro II de Aracaju. Em sua introdução, a insistência nos percalços da historiografia oficial:

“Difícil é, entretanto, recolher toda a obra feminina, os nomes de suas autoras que, sempre, principalmente na sociedade que nos antecedeu, ficavam incógnitas, como incógnitas ficaram muitas produções valiosas de cérebros femininos”¹⁶

Entre os dicionários, coletâneas biográficas, antologias e as demais formas de classificação e registro nas quais as mulheres vem se empenhando, gostaria de chamar atenção para os trabalhos de Adazilra Bitencourt. Além do conhecido Mulheres e Livros, de 1948, catálogo que concentrou a maior parte da produção literária feminina conhecida

¹⁶ Maria Ritta Soares de Andrade. A Mulher na Literatura. Aracaju, Oficinas graphicas da “Casa Avilla”, 1929.

até aquela data, publicou o Dicionário Bio-bibliográfico de Mulheres Ilustres, Notáveis e Intelectuais do Brasil em 1969. Infelizmente só conseguiu completar os três primeiros volumes de seu projeto referentes às letras A e B. Ainda que insistindo no projeto de ser “apenas um lembrete” para a história literária, esse trabalho, de estrutura e estilo absolutamente livres em relação às normas e ao rigor esperado de um “dicionário”, revela, através de uma lógica classificatória particularíssima, um procedimento recorrente da prática feminina de “ocupação” das formas e gêneros legitimados pela literatura institucional. Uma observação: entre verbete opinativos e considerações sobre a literatura, Adalzira “bloqueia” cinco páginas de seu dicionário para o relato de sua própria biografia.

Pode-se perceber, através de um rápido exame dos antecedentes de uma prática crítica feminina, o eixo central da preocupação com a lógica de exclusão, presente na construção da série literária, marcando uma tendência, de acento claramente político, desta crítica historiográfica em denunciar e tentar romper com a estigmatização do trabalho feminino na literatura. A idéia de “recuperar uma presença” pode ser observada nas introduções destes trabalhos, pela insistência na procura de fotografias, desenhos ou ilustrações, marcas sempre desejadas e raramente reconstruídas. Hoje, a “tendência arqueológica”, uma das linhas de força da crítica literária feminista, formaliza esta preocupação e lhe dá um estatuto científico.

Há também, no que diz respeito às precursoras dos estudos sobre mulher e literatura, a necessidade da releitura das poucas críticas não “silenciadas” pela historiografia oficial, mas que ainda não mereceram a análise específica de um possível engajamento com as questões da mulher em sua obra crítica. É o caso, por exemplo, de Lucia Miguel Pereira, cujos romances, de temas explicitamente feministas, foram recentemente estudados por Marlene Bilenky e por Cristina Ferreira Pinto¹⁷, mas cuja obra crítica continua intocada. Chamada a “Madame de Stael do século XX”, Lucia Miguel Pereira, além de romancista, teve sua atividade de historiadora literária e biógrafa amplamente reconhecida. Seus estudos críticos e biográficos sobre os “patriarcas da literatura brasileira” Machado de Assis e Gonçalves Dias, mesmo num exame superficial, já denunciam certos recortes específicos. Em ambos os casos, a valorização de estigmas

¹⁷ Marlene Bilenky. “Uma Certa Ficção Feminina: as Personagens mulheres nos romances de Lúcia Miguel Pereira”. in: Nadia Gotlib (org.) A Mulher na Literatura. vol.2, UFMG, 1990 e Cristina Ferreira Pinto O Bildungsroman Feminino: quatro exemplos brasileiros. Perspectiva, 1990.

raciais, os efeitos de preconceitos e inseguranças na constituição do perfil de seus biografados é evidente. A Vida de Gonçalves Dias, por exemplo, envolveu um trabalho de recuperação e interpretação dos manuscritos do diário inédito de viagens escrito pelo poeta que merece ser avaliado melhor. Além de escrever em 1954, a novela histórica Cruzada das Bravas Mulheres de Gênova, Lucia atuou de forma bastante incisiva na historiografia literária promovendo a revalorização da literatura infantil bem como a publicação do romance de Oliveira Paiva, Dona Guidinha do Poço, um dos clássicos perfis femininos de nossa literatura. Quanto à sua História da Literatura Brasileira, novamente pode-se perceber um interesse especial em relação aos temas da marginalidade racial e sexual nos estudos sobre Luzia Homem, sobre o Bom Crioulo, sobre a obra de Francisca Clotilde ou Julia Lopes de Almeida. No próprio prefácio da História da Literatura Brasileira, observa a pequena participação das escritoras nas edições e antologias brasileiras e evidencia a preocupação com as representações sobre mulher nos vários momentos da literatura brasileira:

“A honra feminina, consistindo exclusivamente na virgindade das mulheres solteiras e na fidelidade das casadas, constituía um dos assuntos preferidos nos romances do final do século passado e início da década de 20. Talvez se explique em parte essa predileção pelos casos amorosos, bem como a maneira reservada de os tratar, pela convicção em que estavam os escritores de escreverem principalmente para mulheres, num tempo em que a educação visava mantê-las em permanente minoridade social e moral. É como se, a princípio, os próprios romancistas não levassem muito a sério a sua arte e a achassem indigna de atenção masculina. E parece ter sido mesmo através dos cestos de costura das donas que os romances penetravam nas casas e se foram encaixando nas estantes. Era preciso empolgar as leitoras sem lhes ferir a sensibilidade nem macular a inocência.

Com o advento do naturalismo, porém, tudo mudou. Passando a ser experimental, e, portanto, científico, o romance adquiriu a todos os olhos importância e dignidade, deixou de representar um passatempo da categoria dos bordados. Já não se precisaria reger pelas preferências e melindres femininos. E o sexo, que dantes fora banido das narrativas, entrou a ocupar uma posição exagerada, refletindo talvez uma mudança de ponto de vista em relação às mulheres. O determinismo biológico em voga e as lições de Charcot sobre a histeria transformaram, efetivamente, em fêmeas os antigos anjos”.

A revisão dos trabalhos críticos não só de Lucia Miguel Pereira mas também de estudiosas mais recentes, ainda que anteriores ao reconhecimento da institucionalização

dos estudos sobre a mulher na literatura, é ainda um campo a ser explorado. Certamente, o estudo de obras com a de Gilda Mello e Souza, para citar apenas um exemplo entre tantos outros possíveis, ajudará a reconstituir a trajetória do pensamento feminino sobre a literatura.

Estudos sobre a mulher: uma perspectiva feminista?

Não se pode dizer que os estudos sobre a mulher na literatura vão mal no Brasil. Ainda que sua organização institucional seja muito recente- data de 1985, ano da criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher & das Delegacias de Mulheres, – os grupos surgem e se desenvolvem de forma surpreendente, despertando significativo interesse. A quantidade de trabalhos em torno do tema mulher, seja na forma de teses ou de trabalhos apresentados em encontros e congressos, é uma amostragem expressiva da expansão desta área de estudos. O maior indício de sua efervescência é o GT Mulher na Literatura, criado na ANPOLL em 1986, cujo número de participantes vem aumentando em proporção geométrica nos últimos quatro anos. Esse GT tem sido avaliado como o mais “organizado” e o que mais interesse vem suscitando nas reuniões anuais da Associação.

Durante a década de 70, os estudos literários sobre a mulher começaram a apontar sob a forma de iniciativas individuais e episódicas, ou até mesmo através da formação de pequenos grupos informais de estudo. Entretanto, a constituição desses estudos enquanto campo de investigação organizado e reconhecido institucionalmente, só pode ser identificada a partir da organização dos Encontros Nacionais “Presença da Mulher na Literatura” que, de 1987 a 1989, se reuniram em João Pessoa, Porto Alegre e Florianópolis respectivamente.

A primeira iniciativa de mobilização de pesquisadores teve lugar na Universidade Federal de Santa Catarina, em julho de 1985. Foi o “Seminário Regional sobre a Mulher na Literatura”, que teve como objetivo explícito mapear este campo de estudos e articular um intercâmbio entre pesquisadores regionais, atraindo um público maior do que se supunha. A partir desse seminário foram estabelecidas linhas de pesquisa sobre a mulher nos departamentos de línguas e literaturas daquela Universidade, sentindo-se a necessidade de promover com certa regularidade encontros sobre a mulher na literatura em âmbito nacional¹⁸.

¹⁸ As informações relativas à organização dos estudos literários sobre a mulher contidas neste trabalho foram obtidas através de entrevistas com Nadia Gotlib, Suzana Funck, Rita Schmidt, Ana Vicentini, Luzilá Gonçalves Ferreira, Maria das Vitórias de Lima Rocha e Lucia Castello Branco,

Em 1987, realiza-se o primeiro Encontro Nacional “A Presença da Mulher na Literatura”, na Universidade Federal da Paraíba, coordenado por Maria das Vitórias de Lima Rocha e Maria Vilani de Souza, com o claro propósito de promover a identificação e organização dos grupos envolvidos nos estudos sobre a mulher na literatura. Este projeto amplia-se substancialmente no segundo Encontro Nacional, que teve lugar na Universidade Federal do Rio Grande do Sul já com a preocupação de estabelecer os referenciais teóricos de uma crítica literária feminista. Contando com o apoio da Capes, CNPq e Comissão Fulbright, o Encontro reuniu estudiosos internacionais como Darlene Sadler, Maggie Humm e Ria Lemaire além de professores e pesquisadores de diversos pontos do país. Na realidade, foi em 89, a partir do Terceiro Encontro (Universidade Federal de Santa Catarina) que se efetivou uma articulação realmente nacional, firmando-se o elo entre estes pólos universitários das regiões sul e nordeste e o Rio de Janeiro e São Paulo. O Encontro de Florianópolis, considerado como uma “explosão” (sic), trouxe também pesquisadores internacionais, como Nancy Miller e Janet Montefiori, aprofundando a preocupação com os aspectos teóricos e metodológicos da crítica feminista. Ficou evidente ainda neste Encontro, a diversificação do campo disciplinar das apresentações, até então basicamente centradas nas literaturas anglo-saxônicas, podendo-se notar, desta vez, a presença equilibrada dos grupos de literatura brasileira.

Apesar de não haver no Brasil nenhum programa específico de incentivo a projetos sobre a mulher na área de literatura, estes estudos foram estimulados por dotações de programas mais abrangentes de financiamento de estudos sobre a questão da mulher, como os concursos promovidos a partir de 1978 pela Fundação Carlos Chagas, com o apoio da Fundação Ford. Ainda que estes concursos tenham maior presença no campo das ciências sociais, foram submetidos e aprovados alguns projetos de literatura, ou cujo tema eram autores literários. Nos dois últimos concursos (1986 e 1988), de 51 projetos aprovados, 4 foram sobre literatura. Os concursos da Fundação Carlos Chagas começam, também na área de letras, a ser identificados como a grande referência em termos de incentivo à pesquisa sobre a mulher. Agências como o CNPq e Capes vêm mostrando uma maior sensibilidade em relação à temática feminina na área de Letras, nos

de questionários distribuídos e enviados a pesquisadores, além dos documentos produzidos pelo GT Mulher na Literatura da ANPOLL e material de organização de encontros regionais e nacionais.

últimos anos. Seria importante lembrar o apoio a alguns seminários e publicações da área por parte da extinta Coordenadoria Mulher e Cultura SEAC/MINC.

O GT da ANPOLL

O GT Mulher na Literatura da ANPOLL, considerado o maior aglutinador de pesquisadores sobre a mulher na área, foi criado em 1986 por sugestão de Suzana Funck (UFSC) durante o Primeiro Encontro da ANPOLL, sendo, nesta ocasião, escolhida como coordenadora, Ana Lucia Gazolla. Em 1987, em sua primeira reunião, o GT já conta com cerca de 20 inscritos, número que cresce para 50 e 98 nos dois anos seguintes. Em 1988, Nadia Gotlib assume a coordenação dos trabalhos e consegue expandir e consolidar o grupo, cumprindo, a tarefa de “descoberta” e organização do campo. Um dos traços do trabalho de Nadia foi a preocupação em imprimir ao GT uma abertura interdisciplinar, não muito comum na política dos outros GTs da Associação. Passam a colaborar no GT Mulher e Literatura historiadoras como Miriam Moreira Leite e Maria Lucia Mott, antropólogas como Norma Telles, linguistas e psicólogas.

Nesta fase inicial de organização do GT, a Professora Ria Lemaire, da Universidade de Utrecht, foi convidada para participar como conferencista. Menciono este fato porque o trabalho e as posições de Ria teriam um papel paradigmático e de grande importância na inflexão futura do GT, através de uma atuação política e da insistência na problematização teórica, que mobilizou as mais diferentes tendências do grupo. A figura de Ria torna-se exemplar para a orientação do GT, e, nesta categoria, ela passa a ser solicitada não só como participante de todas as reuniões subsequentes do GT e dos seminários da área, mas também como consultora dos diversos centros e grupos de pesquisa do país.

A partir de 1989, Suzana Funck assume a coordenação do GT e imprime uma orientação mais voltada para a especificidade do trabalho com a literatura e com as questões centrais da teoria feminista. Nesta linha, foi encaminhada a última reunião do GT (Recife, julho de 1990), quando já foi possível observar uma maior maturidade no debate teórico e na definição das diversas perspectivas que informam os trabalhos em andamento.

Gostaria de fazer duas observações antes de prosseguir: a primeira diz respeito à aparente facilidade de institucionalização dos estudos feministas em literatura no Brasil. O exemplo da aceitação imediata e do inesperado sucesso do GT Mulher na Literatura da ANPOLL, nossa maior associação de estudos literários, é eloquente. Outros centros e

núcleos aparentemente também não parecem ter encontrado maior resistência em inserir-se nos departamentos e programas acadêmicos de pesquisa. Que tipo de reconhecimento e/ou sucesso é esse? Qual seu raio de influência na discussão dos modelos teóricos e da epistemologia que rege os estudos literários no Brasil? Qual a voltagem de sua força crítica?

A segunda, que, de certa forma, diz respeito à observação anterior, é sobre a tímida repercussão dos estudos sobre a mulher nos centros formadores da área como a UFRJ e a USP. É bastante interessante o fato sintomático de que os polos mais importantes e irradiadores da produção sobre a mulher na literatura estão por assim dizer à margem destes dois centros, e desenvolvem-se em espaços acadêmicos emergentes que só recentemente vem se firmando como novos centros de excelência como a UFMG, UFSC, UFRS, UFPB, UFPE e UnB. Os departamentos de literatura da USP parecem meio impermeáveis às novas perspectivas feministas e na UFRJ, o único programa mais organizado de pesquisa com esta perspectiva na área da literatura é o Centro Interdisciplinar de Estudos Contemporâneos (Ciec), na Escola de Comunicação, um programa interdisciplinar que abriga diferentes linhas de pesquisa e documentação, não se definindo portanto como centro específico sobre a questão da mulher nem diretamente identificado com à área de literatura.

O que não pode ser minimizado é o fato de que o inesperado prestígio que o GT Mulher na Literatura ganhou na ANPOLL não se fez acompanhar do reconhecimento, por parte da comunidade científica aí reunida, da legitimidade ou da capacidade dos estudos feministas para oferecer um novo corpus teórico e metodológico para a crítica literária.

Grupos e núcleos de estudos

As principais características dos grupos e núcleos de pesquisa sobre a mulher na área de letras são sua ligação com linhas de pesquisa de pós-graduação e sua inserção em programas interdisciplinares de pesquisa.

A partir de 1984, foram criados o “Núcleo Independente de Estudos sobre a Mulher” (UFRS); o “Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre a Mulher” (UFRGS); o “Grupo Interdisciplinar de Estudos sobre a Mulher” (Florianópolis, iniciativa de Miriam Grossi); o “Grupo de Estudo da Mulher” (GEM) ligado ao curso de Educação da UFMG; o “Núcleo Temático Mulher e Cidadania” (UFAL); o Grupo “Mulher e Literatura” coordenado por Luzilá Gonçalves Ferreira (UFPE) e o “Núcleo de Estudos e Pesquisa

sobre a Mulher” ligado à Pró-reitoria de Pesquisa UFMG, todos abrigando projetos em literatura. Na UFMG, desenvolve-se, posteriormente, o trabalho mais específico do “Grupo de Estudos sobre a Crítica Literária Francesa feita por Mulheres na Atualidade”, coordenado por Cleonice Mourão e vinculado ao Departamento de Semiótica e Teoria da Literatura. Em 1985, é criado o “Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher” (NEPEM) vinculado ao Centro de Estudos Avançados na UNB. O NEPEM é um polo importante da área de literatura pela atuação de Lucia Sander e Ana Vicentini, que desenvolvem um importante trabalho de difusão e discussão das tendências teóricas e metodológicas feministas e organizam regularmente cursos no campo da literatura e do teatro. Em 1987, em função do Encontro Nacional da Paraíba, houve a tentativa de organizar, no Departamento de Letras Estrangeiras Modernas da UFPB, o grupo “Mulher e Literatura” articulado com linhas de pesquisa do Mestrado em Letras. Este grupo dissolve-se em 1988, mas o trabalho sobre a mulher na literatura passa a ser integrado como uma das linhas de pesquisa do Núcleo de Documentação e Investigação Historiográfica e Regional (NDIHR) da mesma Universidade¹⁹

No Rio de Janeiro, os dois grupos mais ativos são os da linha de pesquisa e documentação “Relações de Gênero” do Ciec/UFRJ e o do Projeto Mulher (vertente literatura e cultura) do Idac coordenado por Rosiska Darcy de Oliveira, que também criou em 1988 o programa “Espaço do Feminino” na pós-graduação de Letras da PUC RJ.

Publicações

As publicações mais significativas da área são geralmente vinculadas a resultados de encontros e seminários. Os livros publicados sobre o assunto ainda são poucos.

Entre as principais publicações, destacaria:

Boletim Bibliográfico org. Elza Miné. Biblioteca Mario de Andrade, vol.43, n.3/4, jul-dez 1982

Mulheres Escritoras, org. Suzana Funck. Ilha do Desterro, n.14, UFSC, 1985.

Mulher em Prosa e Verso. org. Donald Schuler et alii. PA, Movimento, 1988

Mulher e Arte. org. Adalgisa A. Campos. Cadernos do NEP n.6, nov. 1988. UFMG.

Travessia n.2, UFSC, 1989

¹⁹ As informações a respeito dos grupos e núcleos de estudo da Mulher foram obtidas através de questionário distribuído entre as participantes do GT Mulher na Literatura, ANPOLL, ano V. O Encontro foi realizado em julho de 1990 em Recife, Pe.

Feminino Singular. A Participação da Mulher na Literatura Contemporânea. org. Nelly Novaes Coelho. SP, GRD, 1989

A Mulher Escrita. Lucia Castello Branco e Ruth Silviano Brandão. Casa Maria Editorial, 1989

A Mulher na Literatura v.1, org. Ana Lucia Gazolla. UFMG, 1990 A Mulher na Literatura v.2 e 3, org. Nadia Gotlib. UFMG, 1990 Feminino e Literatura. org. Vera Queiroz. Tempo Brasileiro, n.101, 1990

A Transgressão do Feminino. org. Maria Helena Khuner, Rosiska Darcy de Oliveira e Isis Baião. IDAC/PUC RJ, 1990

O Bildungsroman Feminino:quatro exemplos brasileiros. Cristina Ferreira Pinto. Perspectiva, 1990

Mapeamentos importantes como o Dicionário de Escritoras do Brasil, organizado por Nelly Novaes Coelho e o Dicionário de Ensaístas Brasileiras do Ciec estão em fase de preparação.

As pesquisadoras

De modo geral, pode-se dizer que o interesse das pesquisadoras em relação às questões femininas surge a partir de um treinamento ou pós-graduação no exterior, quando torna-se possível o contato com as organizações feministas ou com a pesquisa e a bibliografia internacionais sobre a mulher. No caso das pesquisadoras que permaneceram no país, o interesse pelos estudos da mulher está ligado à experiência de uma militância política, ou, mais raramente, da militância propriamente feminista. Em muitos casos, é referida a situação de crise ou fim de casamento como motivação básica do engajamento em pesquisas sobre a mulher. O reconhecimento do campo como uma tendência emergente e prestigiada, bem como o incentivo de algumas agências financiadoras, vem atraindo uma nova geração de profissionais motivados não só pela a voga dos estudos sobre a mulher, mas também pelas facilidades que a ainda tímida competitividade deste mercado implica.

Tendências

Para uma primeira avaliação das tendências teóricas destes estudos, diria que elas reproduzem as vertentes apontadas no documento Avaliação e Perspectivas: a Área de Literatura, CNPq, 1990, ou seja, a divisão básica dos estudos de letras a partir das orientações teóricas imprimidas pelos dois centros historicamente hegemônicos nesta

área, a UFRJ e a USP: a tradição do “new criticism” seguida pela hermenêutica e pela crítica pós-estruturalista no Rio, e a de caráter mais ligado a uma sociologia da cultura em São Paulo. No campo teórico dos trabalhos sobre a mulher, poderíamos observar que esta divisão reproduz, à sua maneira, a clássica e hoje já ultrapassada divisão dos estudos feministas internacionais entre uma orientação mais francesa e uma mais anglo-saxônica.

Por sua vez, os departamentos mais fortes no estudo da mulher são os de inglês e francês, que conseqüentemente trazem seus marcos teóricos de origem. Não consigo deixar de referir a expressão das pesquisadoras da sub-área de literatura brasileira que afirmam ficar “tontas” (sic) em relação à metodologia e às referências teóricas disponíveis para seus trabalhos. A ausência de um debate teórico, que leve em consideração a especificidade da produção literária no Brasil, parece ser um dos problemas centrais que a pesquisa sobre a mulher vem enfrentando, e talvez seja um dos motivos que explique o pouco interesse dos departamentos de literatura brasileira pelo assunto.

De modo geral, a articulação interdisciplinar mais frequente nos estudos literários sobre a mulher tem sido com as áreas de psicologia e história. As teorias psicanalíticas são mais usadas para a análise da problemática do “feminino” e as da história mais ligadas às tendências do novo historicismo, que vem privilegiando cada vez mais as obras literárias e as formas de registro do cotidiano como fontes de pesquisa.

Outra articulação importante é com os campos de saber de caráter fundamentalmente inter ou transdisciplinar que só recentemente começaram a ganhar reconhecimento institucional. É o caso daqueles que se ocupam dos novos sujeitos sociais emergentes e privilegiam a questão da legitimidade das formações discursivas e dos sistemas de representação. As perspectivas teórico-metodológicas que informam a maior parte desses estudos procuram se definir em função do caráter dialógico das redes discursivas de determinados momentos históricos, promovendo a fragilização das fronteiras disciplinares tradicionais de forma sistemática.

Assim, a interdisciplinaridade, atualmente uma tendência clara dos estudos literários, estaria respondendo simultaneamente ao movimento mais geral da área de Letras e à necessidade de contextualização que o estudo das relações de gênero na literatura implica. Embora os trabalhos interdisciplinares na literatura sejam frequentes, ressentem-se ainda da falta de uma “história da mulher” em outras áreas do conhecimento e de uma análise mais completa da trajetória da prática e do pensamento feminista no Brasil.

No Brasil, um dos fatores determinantes do desenvolvimento dos estudos sobre a mulher na literatura, juntamente com a reemergência dos movimentos feministas, parece ter sido a produção “jovem” dos anos 70. Objeto de intensa polêmica nos meios acadêmicos, trouxe para o centro dos debates a questão da legitimidade dos autores “marginais”, dos sujeitos “subalternos” e dos gêneros “não literários” através de uma prosa, e, principalmente, de uma poesia bastante agressiva neste sentido. São desse momento, os movimentos das poesias marginal, pornô, erótica, feminista.

Surgindo durante a repressão política, a “contracultura” no Brasil (a que se poderia filiar este movimento de maneira meio apressada), - como imagino que tenha ocorrido também no resto da América Latina -, teve um sentido de resistência política bastante pronunciado. Cabe observar que no Brasil as reivindicações discursivas dos sujeitos emergentes nos anos 70 vieram estreitamente ligadas à uma estratégia de frente ampla contra o regime político vigente, o que, de certa forma, atrasou a definição destes segmentos particulares. Estas formas de manifestação literária estimularam o debate sobre as questões legitimidade das instituições e das regras que regem os estudos literários²⁰.

Voltando às tendências da área, três linhas mestras de trabalho podem ser identificadas de forma imediata. Embora não muito numerosa, a tendência mais participante é aquela filiada aos modelos saxônicos. Geralmente originária dos departamentos de inglês, traz uma inflexão abertamente política e explicitamente feminista. Os trabalhos deste grupo absorvem desde os estudos arqueológicos de recuperação da história silenciada da produção feminina até a análise dos paradigmas patriarcais e logocêntricos da literatura canônica. A maior parte dos encontros e núcleos institucionais existentes surgem em torno dessa tendência. Pode-se dizer que concentra a maior quantidade de projetos conjuntos, especialmente em torno da historiografia literária e da pesquisa sobre a imprensa do século XIX. Alguns estudos importantes deste grupo começam a trabalhar a articulação dos estudos literários com a crítica epistemológica da produção acadêmica no Brasil. O mais recente é o trabalho de Rita Schmidt intitulado “Da Ginolatria à Genologia: sobre a Função Teórica e a Prática Feminista”²¹.

²⁰ Analiso o fenômeno da produção literária “marginal” ou alternativa durante a repressão de forma mais detida nos livros: H.B.Hollanda. 26 Poetas Hoje (Ed. Labor, 1976), Impressões de Viagem (Brasiliense, 1979), Literatura Anos 70 (c/ M.A.Gonçalves, Ed. Europa, 1979) e Poesia Jovem, Anos 70 (c/ C.A.Pereira, Ed. Abril, 1980).

²¹ Este trabalho foi apresentado na reunião da ANPOLL de julho de 1990.

A ênfase na historiografia feminista vem abrindo um campo de debate importante, relativo a problemas de fundo da literatura como os pressupostos da genealogia literária, as noções de “continuidade” e “especificidade” das formas literárias e a legitimidade do binômio oralidade/escrita. Sem dúvida, temas de alta voltagem política.

Outra tendência forte é a que se interessa pela identificação de uma escritura feminina independente dos “fatores biológicos que definem os sexos” seguindo a linha dos trabalhos de Kristeva, Barthes, Cixous, Irigaray, Derrida e Lacan. Não se pode dizer que essa tendência seja homogênea. A busca da atopia de uma escrita feminina como definem Lucia Castello Branco e Ruth Silviano Brandão²², ou do lugar da dor, como quer Vera Queiroz, identifica um grupo expressivo do campo de trabalho do eixo Minas/Rio que tem por objeto a mulher na literatura. De modo geral, essa tendência, com frequência nomeada como “psicanálise”, associa a semiologia, a teoria literária pós-estruturalista e a psicanálise. São trabalhos com a linguagem bastante interessante e importantes e, no caso brasileiro, raramente apresentam uma dicção política. O trabalho de Rosiska Darcy de Oliveira é um dos raros casos em que esta linha de reflexão procura uma articulação explícita com o político. Em outros casos, percebe-se a presença desta preocupação no trabalho mais direto de análise de texto, como pode ser visto no ensaio “as Incuráveis Feridas da Natureza Feminina” de Lucia Castello Branco²³. Muitas das integrantes desse grupo tiveram ou tem uma participação militante no movimento ou na imprensa feminista, mas definem esta atividade como claramente desvinculada de sua produção teórica. O campo de análise destes estudos é, prioritariamente, a literatura francesa, com algumas incursões na literatura brasileira em torno de Clarice, Lia Luft, Adélia Prado, ou ainda da questão da descontinuidade na escritura feminina de autores masculinos.

Há ainda um terceiro grupo – e o mais numeroso – que se identifica com o trabalho sobre a mulher na literatura. É o que trabalha a obra de escritoras ou os personagens femininos em escritores homens, sem, entretanto, evidenciar uma preocupação específica em relação à questão da mulher. Ainda que na realidade não tenham inserção imediata nas discussões centrais da área, esse grupo tem sido importante pela insistência em trazer a literatura realizada por mulheres, para o campo acadêmico oficial, tematizando as

²² Ruth Silviano Brandão e Lucia Castello Branco. “Con-sederações em torno de um buraco” in Feminino e Literatura. Tempo Brasileiro, n. 101, abr./jun. 1990 p.142.

²³ Este ensaio é parte do livro A Mulher Escrita de Lucia Castello Branco e Ruth Silviano Brandão. Casa-Maria Editorial, 1989.

questões sobre o “valor” da escrita feminina e dos gêneros chamados “menores” que, por opção ou estratégia, vem sendo fartamente usado pelas escritoras.

No V Encontro da ANPOLL, (1990), o GT Mulher na Literatura dividiu-se em três subgrupos: “Literatura e Feminismo”, “Literatura e Feminino” e “Literatura e Mulher”, definidos em função das prioridades políticas de cada tendência. Esta subdivisão reflete com justeza as tendências que pudemos observar no exame da produção em curso na área.

No conjunto de pesquisas apresentadas nos quatro encontros anuais do GT Mulher na Literatura, 32,63% dos trabalhos refletiam a tendência do subgrupo “Literatura e Feminismo”, 17,89% a do subgrupo “Literatura e Feminino” e 42,11% a do “Literatura e Mulher”

Referências teóricas, temas e objetos privilegiados

No que diz respeito à bibliografia utilizada nos estudos e teses sobre a mulher, encontramos, além das obras de Freud e Yung, a presença marcante de obras dos teóricos pós-estruturalistas franceses Roland Barthes, Jacques Derrida, Jacques Lacan e Julia Kristeva. A presença de Foucault, central na crítica literária feminista americana e na área da História das Mentalidades, só se faz sentir de maneira episódica. As críticas literárias mais citadas são: Virginia Woolf, Mary Jacobus, Elaine Showalter, Beatrice Didier, Shoshana Felman, Helene Cixous e Luce Irigaray. O livro referido mais vezes: The Madwoman in the Attic, de Gilbert & Gubar²⁴. Nota-se que os estudos brasileiros ainda não constituem um corpus de referência, e só muito raramente constam na bibliografia dos trabalhos na área. Na mesma direção, ainda não existe um empenho na formulação de uma “teoria brasileira”, nem uma preocupação em promover a discussão ou o questionamento dos modelos teóricos estrangeiros.

Do ponto de vista dos campos e dos autores mais estudados, observamos uma predominância da produção em torno de autores, temas e gêneros relativos à literatura e à imprensa produzida no século XIX. Entre eles, os trabalhos de Marlyse Meyer sobre os romances escritos por mulheres no século XVIII, os de Valéria de Marco sobre as mulheres nas narrativas fundadoras de Alencar e as teses Encantações. Escritoras e

²⁴ Esse levantamento foi feito a partir da leitura dos trabalhos na área associada às respostas obtidas através de um questionário distribuído entre as participantes do GT Mulher na Literatura no V Encontro da ANPOLL, em julho de 1990.

Imaginação Literária no Brasil, Século XIX, de Norma Telles e Mestra entre Agulhas e Amores – a Leitora do Século XIX na Literatura de Machado de Assis, de Maria Helena Werneck.

Na área de Letras, essa predominância relaciona-se diretamente com o fato de que o romance surge como gênero literário no século XIX e que, no Brasil, juntamente com a imprensa, torna-se um instrumento político influente na campanha de construção de uma unidade nacional. O papel estratégico que é atribuído então às mulheres – e fartamente divulgado pela literatura – constitui um dos eixos centrais das ideologias nacionalistas e modernizadoras do período.

No que diz respeito à literatura contemporânea, na maior parte dos casos, há uma mudança de eixo e de perspectiva das análises, levando a uma quase exclusividade de estudos sobre escritoras individuais ou sobre a problemática de uma “escritura feminina”. As autoras mais estudadas são Clarice Lispector, Virginia Woolf, Marguerite Duras, Lia Luft, Emily Dickinson, Ana Cristina Cesar, Adélia Prado, Cecília Meirelles e Lygia Fagundes Telles²⁵. No conjunto, a eleição de Clarice Lispector e Ana Cristina Cesar (jovem poeta da geração dos anos 70 cuja morte precoce mobiliza uma fascinação bastante particular) como símbolos de uma escrita feminina é clara. Isso parece ocorrer menos pelas possíveis semelhanças entre as autoras do que pela posição que ocupam na série literária. Clarice é reconhecidamente a “maior escritora brasileira” e Ana Cristina, a representante, por excelência, da polêmica geração 70. O que eu gostaria de sublinhar, a propósito destas preferências, é a frequente identificação do texto das duas autoras com as noções de “universalidade” e “transcendentalidade” o que estimula abordagens de caráter puramente literário ou ontológico e, quase sempre, a-histórico. A grande maioria dos estudos sobre Clarice e Ana Cristina não se filia a nenhuma perspectiva crítica feminista, o que é um dado surpreendente, tendo em vista as formas bastante específicas e mesmo radicais de inserção destas autoras no campo literário. Sobre Clarice, está sendo desenvolvido por Glória Cordovani um projeto bastante importante de organização de sua bibliografia ativa e passiva. Cordovani observa que, no conjunto das referências catalogadas, a maior quantidade de estudos sobre Clarice é de natureza filosófica, principalmente nos campos do existencialismo e da fenomenologia, seguindo-se as análises de natureza semiótica, sociológica, mítica, espiritualista, psicanalítica e biográfica, sendo a incidência de estudos feministas a respeito da autora visivelmente

²⁵ Estes dados referem-se ao exame de teses, artigos e apresentações em encontros e seminários.

minoritária. Seria injusto neste ponto não destacar o estudo extensivo da obra de Clarice, realizado por Nadia Gotlib com uma perspectiva empenhada nas questões específicas da mulher. Boa parte dos estudos feministas sobre Clarice são produzidos na França, Alemanha, Holanda, Inglaterra e Estados Unidos, a partir da década de 70, ocasião de sua tradução para idiomas estrangeiros. Ana Cristina, ainda não traduzida, atrai preferencialmente pesquisadoras de sua geração. Só muito indiretamente é pretendida uma articulação de sua produção com o momento de repressão militar que identifica a geração da qual, de certa forma, é paradigma. A maior parte das análises sobre a obra de Ana Cristina são interessantes no sentido de colocarem em pauta questões típicas e contraditórias dos jogos de linguagem sobre a “identidade feminina”, tal como foram experimentados pela geração que assistiu à crise das ideologias feministas ortodoxas. Entretanto, os estudos sobre Ana Cristina, em sua maioria apaixonados e muito bem realizados, orientam-se claramente para a observação destes jogos de linguagem numa perspectiva puramente literária. O trabalho com as demais autoras referidas via de regra não se afastam substancialmente destes modelos.

Uma última vertente do exame da literatura contemporânea seria aquela que se ergue em torno do tema “erotismo”, considerado com frequência do domínio do feminino, e que reúne nomes como Olga Savary, Marly de Oliveira, Adélia Prado e outras. O recorte destas análises move-se geralmente no quadro da lógica da procura de uma “linguagem ou identidade feminina”, sendo ainda bastante rara uma discussão política do tema. Se os estudos sobre o século XIX, via de regra, evidenciam uma preocupação com a construção da subjetividade feminina no Brasil, não se pode afirmar o mesmo sobre as análises da literatura contemporânea. Os estudos relativos à mulher negra ainda são bastante raros, podendo-se citar apenas as pesquisas de Maria Lúcia Mott sobre escritoras negras (área de História) ou o trabalho de Laura Padilha e Heloisa Toller Gomes. Estimular linhas de trabalho que discutam as diferenças manifestas entre as mulheres, ou mesmo a mulher branca brasileira enquanto alteridade em relação ao modelo europeu e americano, sem dúvida ampliaria o âmbito teórico de nossas reflexões. É curioso que escritoras como Rachel de Queiroz, pioneira e uma das maiores representantes do modernismo nordestino, ou Carolina de Jesus, importante testemunho das classes populares, para citar apenas dois exemplos, ainda não tenham merecido a devida atenção.

Um problema quase pessoal

No campo da análise do discurso, o que estaria sendo evitado pelos estudos feministas no Brasil?

O debate sobre a condição feminina, expresso nas obras literárias e na imprensa, conhece um pique na segunda metade do século XIX até os anos 20, quando emerge o movimento modernista nas artes e nas ciências sociais. A questão da mulher sai então do circuito da literatura e passa para as mãos da sociologia, da antropologia e, muito recentemente, para as da história e da psicologia.

Voltando de forma brevíssima ao século XIX, a partir dos anos 50, começa o processo urgente e inadiável de definir os contornos da nação brasileira. Os caminhos percorridos pelos discursos que imaginaram a nação trouxeram, sistematicamente, a metáfora da “maternidade republicana”, como figura fundamental, ou seja, a hipervalorização do papel da mulher como “civilizadora” e responsável pela idéia de uma nação moderna, educada e homogênea²⁶. No caso brasileiro, evidenciam-se alguns traços peculiares. Nos discursos de construção nacional, já é conhecido com quanto desconforto a importação das ideologias liberais conviviam com a vigência do regime escravocrata. Por outro lado, as idéias de uma homogeneização racial, supostamente necessária para a definição de uma identidade nacional e moderna, passavam também por complicadores evidentes. Começa a ser esboçada a estrutura da ambiguidade discursiva, que vai tornar-se progressivamente saída e limite dos discursos sobre raça e gênero na cultura brasileira. A partir dos anos 20, o modernismo surge como capaz de teorizar e operacionalizar esta ambiguidade através da imagem (até hoje hegemônica no campo das artes) de um “Brasil carnavalizante”. É a época áurea da definição de um Brasil desconhecido e moderno, e, neste debate, as mulheres silenciam ou são silenciadas.

É importante observar no design modernista da “cultura” ou da “identidade” brasileira, alguns aspectos que determinam essa ambiguidade estrutural dos discursos sobre uma mutante “identidade sem nenhum caráter” que, sem dúvida, reverberam na construção da subjetividade da mulher e do negro no Brasil:

1. uma relação bastante problemática com o engate do presente no passado, ou mesmo uma convicção de que o passado não existe ou não tem importância, o que propicia o

²⁶ Ver Miriam Moreira Leite. Uma Construção Enviesada: A Mulher e o Nacionalismo no Sec. XIX. (Mimeo. Trabalho apresentado no seminário “De que fala o Nacionalismo?” Ciec, UFRJ, 1989) e H. B. Hollanda. Letras, Armas e Virtudes. (Mimeo. Trabalho apresentado na V Encontro da ANPOLL, 1990)

eterno retorno da clássica pergunta “que país é este?”. Não hesitaria em afirmar que as representações construídas em torno da “identidade brasileira” são subsidiárias e produtoras da permanência desta dúvida com todas as vantagens e desvantagens que possa acarretar.

2. Nesta perspectiva, torna-se clara a importância relativa das narrativas fundadoras ou a eterna mobilidade no tempo e no espaço de um projeto fundador contraditório. Nosso passado não tem heróis nem traz à tona suas “raízes” negras ou índias, cujos traços ou marcas culturais teriam se dissipado no quadro da mestiçagem e da “democracia racial” brasileira. Os mitos da mistura racial e de uma suposta desierarquização das relações entre os sexos muito devem à proporcional valorização da amnésia histórica, que informa as diversas imaginações de Brasil, uma nação cuja identidade estaria exatamente na capacidade de adiar eternamente sua definição.

A possibilidade deste tipo de formação discursiva diz respeito às formas de organização social e política das elites brasileiras, que apontam para a recorrência de uma identificação de tipo vertical na escala social, preferencialmente a de organização ou solidariedade de tipo horizontal em torno de objetivos ou interesses comuns entre as diversas classes, raças ou categorias profissionais às quais eu acrescentaria o evidente desconforto em relação a um confronto de caráter mais político entre os sexos²⁷. O estilo oficial da malandragem e da sedução – artifícios talvez considerados “femininos” – pode ser visto, por esta via, como “autenticamente nacional”.

O discurso modernista também se nutre deste paradigma. O modelo antropofágico, definido pelo modernismo como o traço por excelência de nossa identidade cultural, evidencia a mesma ordem de problemas. Basicamente, o gesto antropofágico é aquele que, em vez de estabelecer um confronto, prefere “deglutir a diferença”. A deglutição do “outro”, no caso tanto o discurso colonial quanto o discurso modernizador, é seguida pela opção de expelir o que “não interessa”. Num interessante trabalho, Zita Nunes coloca uma pergunta vital: “No caso da antropofagia, quem come quem? e neste banquete o que é considerado oportuno de ser expelido?”²⁸. No caso da

²⁷ A respeito da lógica das relações de poder na sociedade brasileira são exemplares os estudos de Roberto Schwartz sobre os efeitos da ideologia do favor ou os trabalhos sobre os rituais da malandragem e da carnavalização de Roberto da Matta.

²⁸ Zita Nunes. *Os Males do Brasil: Antropofagia e a Questão da Raça*. Série “Papéis Avulsos” n.22, Ciec/UFRJ, 1990

antropofagia modernista, colocada aparentemente em termos da relação colônia/metrópole, o nativo devora brava e legitimamente o agressor. O que volta a desconcertar quando pensamos em dois marcos do pensamento tropicalista, o Macunaíma de Mario de Andrade e o Casa Grande e Senzala de Gilberto Freyre, é que não é possível identificar em nenhum dos dois trabalhos a presença forte de um previsível marco fundacional (ou, como é comum nas obras de definição nacional, de um “phallus fundador”). Ao contrário, é a permissividade, a predisposição para a mistura (ainda que traga males e doenças degenerativas) e a fragilidade polimorfa que rege o mito fundador antropofágico e tropicalista. O Brasil, “deglutidor das diferenças”, é construído pelo modernismo como o reino da “cordialidade”, do calor receptivo, da predisposição “nata” para receber o “outro” e com ele se identificar. Neste mesmo caminho, reforço agora a idéia da dificuldade em estabelecer e instrumentalizar com clareza, até bem pouco tempo, as divergências de interesses entre classes sociais ou entre grupos étnicos ou sexuais no Brasil.

Isto me lembra uma palestra de Jean Franco, no Ciec, em 1988, sobre o filme Dona Flor & Seus Dois Maridos. Um filme considerado “autenticamente sexista e nacional”, mas revelador de um dado, no mínimo, curioso: o desinteresse flagrante pela visão frontal do nu. Teríamos assim, sugerida num dos clássicos do “inconsciente erótico brasileiro”, a evidência de uma espécie de estética do traseiro, seja masculino ou feminino, cujo sentido básico seria precisamente a ocultação do phallus. Da mesma forma, a idéia tradicional da carnavalização como identidade cultural brasileira, tendo a subversão como norma e a desordem como parâmetro, também é complicada. O discurso carnavalizante, ainda que sentido e experimentado como de natureza liberal e progressista, não parece atrair os autores negros nem as escritoras mulheres, evidenciando, no conjunto de sua produção discursiva, um ponto de vista de gênero, de raça e de classe bastante marcado. A reversão carnavalizante ainda que possa ser avaliada como uma estratégia de resistência raramente evidencia um projeto mais radical de transformação social. A sedução e a malandragem são apenas algumas das variações das formações discursivas, que promovem a ambígua construção de uma “subjetividade brasileira” entendida como transexual e transracial. Entretanto, essa mesma agilidade malandragem não tem sido instrumentalizada, pelo pensamento feminista brasileiro, no lidar com os mitos,

paradigmas e com as sutilíssimas narrativas mestras de nossa suposta “identidade nacional”.

Mesmo identificando o mal estar sintomático que marca a crítica literária escrita por mulheres em relação aos discursos sobre o Brasil, tenho o palpite de que será pela via dos estudos de gênero e de raça que se responderá de uma vez por todas ao já secular enigma que insiste em manter em aberto a pergunta “Que país é este?”.